



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



LEI Nº 3.861, de 17 de junho de 2014.

Institui como política pública o Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, e autoriza celebrar convênio com o GRUPO DE APOIO À BRIGADA MILITAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO (RS), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º Fica instituído como política pública, no Município de Santo Ângelo, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de promover, nas escolas e na comunidade, ações voltadas à prevenção do uso indevido de drogas, a promoção da cidadania e a disseminação da cultura da paz.

Parágrafo Único - O referido programa e projeto, de que trata o *caput* deste artigo, será executado pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com o Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Constituem atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência:



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

I - Promoção de cursos do PROERD, por policiais capacitados para crianças, adolescentes, jovens, pais e professores, com o propósito de esclarecer as conseqüências da utilização das drogas lícitas e ilícitas;

II - Realização de aulas sistemáticas de prevenção ao uso abusivo de substâncias psicotrópicas, que causem dependência física ou psíquica, para a comunidade escolar;

III - Articulação com a realização de campanha em busca de parcerias para garantir a sustentabilidade, ampliação e aperfeiçoamento do programa.

Art. 3º São objetivos do PROERD:

I - Desenvolver um sistema de prevenção à violência e ao uso indevido de drogas em escolas de todo o Estado do Rio Grande do Sul, para crianças, adolescentes e jovens;

II - Ampliar a integração entre a polícia e a comunidade, pautada no respeito, disciplina e no convívio saudável com a sociedade;

III - Desenvolver habilidades nos operadores de segurança, no sentido de prevenir a utilização de drogas lícitas e ilícitas.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal regulamentará, por Decreto, as demais disposições relacionadas ao programa.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar ao **GRUPO DE APOIO À BRIGADA MILITAR DE SANTO ÂNGELO, CNPJ 040898150001-40**, o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), por semestre, para custeio e investimento dos materiais necessários (camisetas, medalhas, prêmios e despesas relacionadas à formatura) ao desenvolvimento do Programa neste município. Os valores serão repassados até o início do calendário letivo do 1º e 2º semestre de cada ano.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.01 120361 10012.036 – Manutenção Atividades na Educação Fundamental

3350 43 00 00 – Subvenções Sociais

Parágrafo Único – A presente Lei autoriza a renovação de convênios mediante acordo entre as partes, desde que haja dotação orçamentária, sendo reajustado pelo índice do IGP-M, verificado no período de um ano.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSÉ ALCEBÍADES DE OLIVEIRA, em
17 de junho de 2014.

LUIZ VALDIR ANDRES
Prefeito



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



CONVÊNIO Nº 12/SG/2014

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO E O GRUPO DE APOIO À BRIGADA MILITAR.

O MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO, pessoa jurídica de Direito público, inscrita no CNPJ sob nº 87.613.071/0001-48, representada neste ato pelo Sr. Prefeito LUIZ VALDIR ANDRES, doravante denominado simplesmente de **CONVENIENTE** e o **GRUPO DE APOIO À BRIGADA MILITAR**, inscrita no CNPJ sob nº 89175541/0001-64, neste ato representada por seu Presidente, senhor JONES PZARPELLON MAZO, portador do CPF nº 331.249.490-72 e RG nº 202608341, doravante denominada simplesmente de **CONVENIADA**, resolvem celebrar entre si Aditivo de convênio, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 3.861, de 17 de junho de 2014, de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo de convênio tem por objetivo a execução das atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, conforme instituído pela Lei Nº 3.861 e que autoriza a parceria entre o poder executivo municipal, através da Secretaria Municipal de Educação e o Grupo de Apoio à Brigada Militar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DO MUNICÍPIO

I- a Prefeitura repassará os recursos no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), por semestre, para custeio e investimento dos materiais necessários (camisetas, medalhas, prêmios e despesas relacionadas à formatura) ao desenvolvimento do Programa neste município. Os valores serão repassados até o início do calendário letivo do 1º e 2º semestre de cada ano.

DO GRUPO DE APOIO À BRIGADA MILITAR:

- I- Utilizar o repasse exclusivamente para o fim contratado na cláusula primeira;
- II- Prestar contas dos valores recebidos 30 (trinta) dias após a data do repasse, junto à Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria da Fazenda.
- III- Desenvolver as atividades do Programa junto às escolas da rede municipal de ensino de Santo Ângelo.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Os valores a serem repassados ao Grupo de Apoio à Brigada Militar correspondem à dotação orçamentária de manutenção de atividades na Educação Fundamental.

Parágrafo Único - É vedada a utilização dos recursos com finalidade diversa às estabelecidas na lei municipal e no presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS-

A prestação de contas será feita através de relatório de atendimento e declaração de guarda dos documentos contábeis segundo determinação do Estado e da União e entregues na Secretaria Municipal de



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



Educação e Secretaria da Fazenda até o (5º) quinto dia do mês subsequente ao encerramento das atividades do Programa.

CLÁUSULA QUINTA- DA FISCALIZAÇÃO

A CONVENIENTE decidirá sobre a oportunidade e a conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA- DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado, por escrito a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente convênio será de 01 (um) ano, a contar da assinatura, prorrogável por igual período, podendo ser ainda revogado se houver interesse das partes, mediante termo aditivo, respeitados os prazos legais.


CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Santo Ângelo para dirimir qualquer controvérsia fundada no presente Convênio.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas instrumentais.

Santo Ângelo, 17 de junho de 2014.


JONES PZARPELLON MAZO
Presidente do Grupo de
Apoio à Brigada Militar


LUIZ VALDIR ANDRES
Prefeito

TESTEMUNHAS:

1)  _____

2)  _____



**Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo**

LEI Nº 3.861, de 17 de junho de 2014.

Institui como política pública o Programa Educacional de Resistência às Drogas - PRO-ERD, e autoriza celebrar convênio com o GRUPO DE APOIO À BRIGADA MILITAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO (RS), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído como política pública, no Município de Santo Ângelo, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de promover, nas escolas e na comunidade, ações voltadas à prevenção do uso indevido de drogas, a promoção da cidadania e a disseminação da cultura da paz.

Parágrafo Único - O referido programa e projeto, de que trata o caput deste artigo, será executado pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com o Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Constituem atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência:

I - Promoção de cursos do PROERD, por policiais capacitados para crianças, adolescentes, jovens, pais e professores, com o propósito de esclarecer as consequências da utilização das drogas lícitas e ilícitas;

II - Realização de aulas sistemáticas de prevenção ao uso abusivo de substâncias psicotrópicas, que causem dependência física ou psíquica, para a comunidade escolar;

III - Articulação com a realização de campanha em busca de parcerias para garantir a sustentabilidade, ampliação e aperfeiçoamento do programa.

Art. 3º São objetivos do PROERD:

I - Desenvolver um sistema de prevenção à violência e ao uso indevido de drogas em escolas de todo o Estado do Rio Grande do Sul, para crianças, adolescentes e jovens;

II - Ampliar a integração entre a polícia e a comunidade, pautada no respeito, disciplina e no convívio saudável com a sociedade;

III - Desenvolver habilidades nos operadores de segurança, no sentido de prevenir a utilização de drogas lícitas e ilícitas.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal regulamentará, por Decreto, as demais disposições relacionadas ao programa.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar ao GRUPO DE APOIO À BRIGADA MILITAR DE SANTO ÂNGELO, CNPJ 040898150001-40, o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), por semestre, para custeio e investimento dos materiais necessários (camisetas, medalhas, prêmios e despesas relacionadas à formatura) ao desenvolvimento do Programa neste município. Os valores serão repassados até o início do calendário letivo do 1º e 2º semestre de cada ano.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.01 120361 10012.036 – Manutenção Atividades na Educação Fundamental

3350 43 00 00 – Subvenções Sociais

Parágrafo Único – A presente Lei autoriza a renovação de convênios mediante acordo entre as partes, desde que haja dotação orçamentária, sendo reajustado pelo índice do IGP-M, verificado no período de um ano.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSÉ ALCEBÍADES DE OLIVEIRA, em 17 de junho de 2014.

LUIZ VALDIR ANDRES – Prefeito